



SEFAZ-MT

SECRETARIA DE FAZENDA DE MATO GROSSO

Fiscal de Tributos Estaduais

VOL.1

**EDITAL - Nº 001/2023 - SEFAZ-MT,
DE 03 DE MARÇO DE 2023**

CÓD: SL-058MR-23
7908433233831

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	11
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	12
3. Ortografia oficial.	12
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.	16
5. Emprego de tempos e modos verbais.	17
6. Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	18
7. Emprego das classes de palavras.	21
8. Emprego dos sinais de pontuação.	28
9. Concordância verbal e nominal.	30
10. Regência verbal e nominal.	32
11. Emprego do sinal indicativo de crase.	35
12. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto.	36
13. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.	37

Raciocínio Lógico

1. Lógica: proposições, conectivos. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;	45
2. equivalências lógicas.	46
3. quantificadores.	51
4. predicados.	52
5. Conjuntos e suas operações.	53
6. diagramas.	55
7. Números inteiros, racionais e reais e suas operações,	56
8. porcentagem.	62
9. juros.	63
10. Proporcionalidade direta e inversa.	64
11. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.	67
12. dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.	72
13. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, orientação espacial e temporal. formação de conceitos, discriminação de elementos.	79
14. raciocínio sequencial.	81
15. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.	84
16. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.	88
17. Problemas de contagem e noções de probabilidade.	89
18. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.	93
19. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.	99
20. Problemas de lógica e raciocínio.	103

Matemática Financeira

1. Juros simples. Montante e juros. Descontos simples. Equivalência simples de capital. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes	105
2. Juros compostos. Montante e juros. Desconto composto. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização contínua	107
3. Descontos: simples, composto. Desconto racional e desconto comercial	108
4. Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto. Fluxo de caixa. Valor atual. Taxa interna de retorno	110

Estatística

1. Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)	131
2. Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de probabilidades. Função de probabilidade. Função densidade de probabilidade. Esperança e momentos. Distribuições especiais. Distribuições condicionais e independência. Transformação de variáveis. Leis dos grandes números. Teorema central do limite. Amostras aleatórias. Distribuições amostrais	142
3. Inferência estatística. Estimação pontual: métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. Estimação intervalar: intervalos de confiança, intervalos de credibilidade. Testes de hipóteses: hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado	178
4. Análise de regressão linear. Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. Modelos de regressão linear. Inferência sobre os parâmetros do modelo. Análise de variância. Análise de resíduos	180
5. Técnicas de amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral	183

Economia

6. Conceitos fundamentais de economia	187
7. Teoria elementar de equilíbrio do mercado	187
8. Fatores que influenciam a oferta e a procura por bens e serviços	187
9. Efeitos de deslocamentos das curvas de procura e oferta	187
10. Elasticidades - preço da procura e da oferta	188
11. Noções básicas de microeconomia	193
12. Teoria do consumidor: Preferências; Curvas de indiferença; Limitação orçamentária	198
13. Equilíbrio do consumidor	199
14. Classificação de bens: normais, inferiores, bens de Giffen, substitutos e complementares	199
15. Excedente do consumidor	200
16. Fatores de produção	200
17. Função de produção e suas propriedades	200
18. Elasticidade de substituição	201
19. Rendimentos de fatores, rendimentos de escala	201
20. Curvas de isocusto	201
21. equilíbrio da firma no curto prazo nas estruturas de mercado, concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio e monopólio	201
22. Conceitos básicos de contabilidade nacional	201

ÍNDICE

23. Deflacionamento do produto.....	201
24. Contas nacionais do Brasil.....	202
25. Balanço de Pagamentos e relações com o resto do mundo.....	202
26. Noções sobre economia do setor público.....	202
27. Políticas fiscal, monetária e cambial.....	202
28. Efeitos da atuação do Estado na economia.....	202
29. Sistema Tributário como instrumento de distribuição de renda.....	203
30. Princípios de tributação.....	203
31. Impostos regressivos e progressivos.....	203
32. Impostos sobre consumo em cascata e sobre valor adicionado.....	203
33. Impacto da carga tributária na atividade econômica e na distribuição de rend.....	203
34. Incidência do imposto sobre vendas no mercado de concorrência perfeita.....	204

História e Geografia de Mato Grosso

1. Fundamentos da Filosofia.....	209
2. Filosofia moral: Ética ou filosofia moral.....	212
3. Consciência crítica e filosofia.....	215
4. A relação entre os valores éticos ou morais e a cultura.....	216
5. Juízos de fato ou de realidade e juízos de valor.....	218
6. Ética e cidadania.....	218
7. Racionalismo ético.....	220
8. Ética e liberdade.....	222

Ética e Filosofia

1. Fundamentos da Filosofia.....	229
2. Filosofia moral: Ética ou filosofia moral.....	232
3. Consciência crítica e filosofia.....	235
4. A relação entre os valores éticos ou morais e a cultura.....	236
5. Juízos de fato ou de realidade e juízos de valor.....	237
6. Ética e cidadania.....	238
7. Racionalismo ético.....	240
8. Ética e liberdade.....	242

Direito Administrativo E Ético No Serviço Público

1. Estado, Governo e Administração Pública. Conceitos. Elementos.....	249
2. Direito Administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.....	252
3. Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.....	256
4. Agentes públicos. Disposições constitucionais aplicáveis. Disposições doutrinárias. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7 Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar.....	267

ÍNDICE

5. Poderes da Administração Pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder	278
6. Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública	285
7. Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso	294
8. Serviços Públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios	299
9. Organização Administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público	310
10. Controle da Administração Pública. Controle exercido pela administração pública. Controle judicial. Controle legislativo	314
11. Improbidade administrativa.....	318

Direito Constitucional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	327
2. Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas	395
3. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos	396
4. Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios	410
5. Administração Pública. Disposições gerais, servidores públicos.....	414
6. Poder Executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República	417
7. Poder Legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases. Processo legislativo estadual, distrital e municipal: normas constitucionais federais aplicáveis. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito	418
8. Poder Judiciário. Disposições gerais	422
9. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público, advocacia pública	425
10. Controle de constitucionalidade. Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões. Súmula vinculante. Reclamação constitucional. Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos. Controle de constitucionalidade nos estados e no Distrito Federal.	426
11. Ordem econômica e financeira. Finanças públicas	429
12. Constituição do Estado de Mato Grosso e suas emendas	448

Direito Tributário

1. Sistema Tributário Nacional.....	503
2. Princípios do direito tributário.	503
3. Limitações do poder de tributar.	504
4. Repartição das receitas tributárias.	505
5. Tributo. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Imposto. Taxa. Contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório. Contribuições.	507
6. Competência tributária. Classificação. Exercício da competência tributária. Capacidade tributária ativa. Imunidade tributária. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. Imunidades em espécie.	510

ÍNDICE

7. Fontes do Direito Tributário. Constituição Federal de 1988. Leis complementares. Leis ordinárias e atos equivalentes. Tratados internacionais. Atos do poder executivo federal com força de lei material. Atos exclusivos do poder legislativo. Convênios. Decretos regulamentares. Normas complementares.	512
8. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.	514
9. Obrigação tributária. Definição e natureza jurídica. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Sujeito ativo. Sujeito passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade de terceiros. Responsabilidade por infrações.	515
10. Crédito tributário. Constituição de crédito tributário. Lançamento. Modalidades de lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão de crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Renúncia de Receitas Tributárias.	519
11. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas.	526
12. Impostos da União.	528
13. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.	529
14. Impostos dos Municípios.	531

Direito Civil

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia das leis no espaço.....	537
2. Pessoas naturais. Conceito. Início da pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade.....	549
3. Pessoas jurídicas. Disposições gerais. Constituição. Extinção. Sociedades de fato. Associações. Fundações.....	558
4. DOMICÍLIO	566
5. Bens imóveis, móveis e públicos.....	569
6. Fato jurídico. Negócio jurídico. Disposições gerais. Invalidez.....	574
7. Prescrição. Disposições gerais. Decadência	584
8. Obrigações. Características. Adimplemento pelo pagamento. Inadimplemento das obrigações - disposições gerais e mora	590
9. Contratos. Princípios. Contratos em geral. Disposições gerais.....	605
10. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. Obrigação de indenizar. Dano material. Dano moral	613
11. Formas de direito de exploração de propriedades (posse, usufruto, contratos de compra e venda, comodato, arrendamento, inventários	618

RACIOCÍNIO LÓGICO

p	q
V	V
V	F
F	V
F	F

p	↔	q
V	V	V
V	F	F
F	F	V
F	V	F

q	↔	p
V	V	V
F	F	V
V	F	F
F	V	F

2 - Reflexiva (equivalência por reflexão)

$$p \rightarrow p \Leftrightarrow p \rightarrow p$$

p	p
V	V
F	F

p	→	p
V	V	V
F	V	F

p	→	p
V	V	V
F	V	F

3 - Transitiva

Se $P(p,q,r,\dots) \Leftrightarrow Q(p,q,r,\dots)$ E

$Q(p,q,r,\dots) \Leftrightarrow R(p,q,r,\dots)$ ENTÃO

$P(p,q,r,\dots) \Leftrightarrow R(p,q,r,\dots)$.

Equivalências notáveis

1 - Distribuição (equivalência pela distributiva)

a) $p \Leftrightarrow (q \Leftrightarrow r) \Leftrightarrow (p \Leftrightarrow q) \Leftrightarrow (p \Leftrightarrow r)$

p	q	r
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

p	∧	(q	v	r)
V	V	V	V	V
V	V	V	V	F
V	V	F	V	V
V	F	F	F	F
F	F	V	V	V
F	F	V	V	F
F	F	F	V	V
F	F	F	F	F

(p	∧	q)	v	(p	∧	r)
V	V	V	V	V	V	V
V	V	V	V	V	F	F
V	F	F	V	V	V	V
V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	F	F	F	V
F	F	V	F	F	F	F
F	F	F	F	F	F	V
F	F	F	F	F	F	F

b) $p \Leftrightarrow (q \Leftrightarrow r) \Leftrightarrow (p \Leftrightarrow q) \Leftrightarrow (p \Leftrightarrow r)$

p	q	r
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

p	v	(q	∧	r)
V	V	V	V	V
V	V	V	F	F
V	V	F	F	V
V	V	F	F	F
F	V	V	V	V
F	F	V	F	F
F	F	F	F	V
F	F	F	F	F

(p	v	q)	∧	(p	v	r)
V	V	V	V	V	V	V
V	V	V	V	V	V	F
V	V	F	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V	F
F	V	V	V	F	V	V
F	V	V	F	F	F	F
F	F	F	F	F	V	V
F	F	F	F	F	F	F

Podemos achar esses valores através do uso das seguintes informações:

- Determinar a quantidade de classes(k)
- Regra de Sturges (Regra do Logaritmo)
 - $k = 1 + 3,3\log(n)$
- Regra da Potência de 2
 - $k =$ menor valor inteiro tal que $2^k \geq n$
- Regra da raiz quadrada
 - $k = \sqrt{n}$

- Calcular a amplitude das classes(h):
 - **Calcule a amplitude do conjunto de dados: $L = x_{\max} - x_{\min}$
 - **Calcule a amplitude (largura) da classe: $h = L / k$
- Arredonde convenientemente
- Calcular os Limites das Classes

- 1ª classe: x_{\min} até $x_{\min} + h$
- 2ª classe: $x_{\min} + h$ até $x_{\min} + 2 \cdot h$
-
- kª classe: $x_{\min} + (k-1) \cdot h$ até $x_{\min} + k \cdot h$

- Limite das classes

Utilizamos a notação: $[x,y)$ –intervalo de entre x (fechado) até y (aberto)

Frequentemente temos que “arredondar “a amplitude das classes e, conseqüentemente, arredondar também os limites das classes. Como sugestão, podemos tentar, se possível, um ajuste simétrico nos limites das classes das pontas nas quais, usualmente, a quantidade de dados é menor.

- Ponto médio das classes

$$x_k = (L_{\text{superior}} - L_{\text{inferior}}) / 2$$

- Distribuição de Frequência

Frequência absoluta e Histograma¹

Utilizamos quando trabalhamos com um grande quantitativo de dados, e assim passamos a trabalhar com os dados agrupados. Então fazemos uso das tabelas de distribuição de frequência, entre outros recursos que facilitarão a compreensão dos dados.

O termo “frequência” indica o número de vezes que um dado aparece numa observação estatística.

Exemplo:

Um professor organizou os resultados obtidos em uma prova com 25 alunos da seguinte forma:

Notas dos 25 alunos

4,0	5,0	7,0	9,0	9,0
4,0	5,0	7,0	9,0	9,0
4,0	5,0	7,0	9,0	9,0
4,0	6,0	8,0	9,0	9,0
4,0	6,0	8,0	9,0	9,0

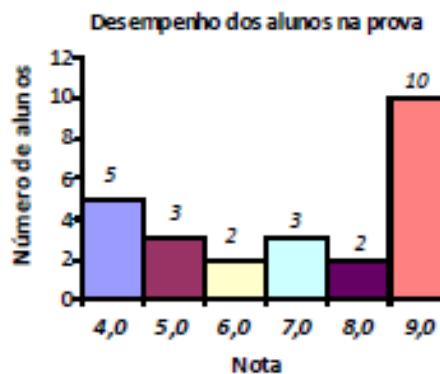
Organizando-os de modo que a consulta a eles seja simplificada. Depois, faremos a distribuição de frequência destas notas, por meio da contagem de dados, que podemos chamar de frequência de dados absolutos.

Distribuição de frequência

Nota	Frequência, f (nº de alunos)
4,0	5
5,0	3
6,0	2
7,0	3
8,0	2
9,0	10
$\Sigma f = 25$	

A forma como organizamos os dados é conhecida como distribuição de frequência, e o número de vezes que um dado aparece é chamado de frequência absoluta. O somatório SEMPRE é a quantidade de dados apresentados, que neste é 25.

HISTOGRAMA



Geralmente são ordenados os números do menor para o maior, divididos em grupos de tamanho razoável e, depois, são colocados em gráficos para que se examine sua forma, ou distribuição. Este gráfico é chamado de Histograma. Um histograma é um gráfico de colunas juntas. Em um histograma não existem espaços entre as colunas adjacentes, como ocorre em um gráfico de colunas. No

¹ Associação Educacional Dom Bosco - Estatística e probabilidade - Uanderson Rebul de Oliveira

Isaac Newton. Em meio a tantas novas teorias e descobertas, o Renascimento trouxe uma nova concepção de Deus muito diferente da defendida na Idade Média.

Após o Renascimento, veio a Reforma

A Revolução Luterana, nomenclatura mais adequada que a usual, que é de Reforma, eis que Lutero alterou em sua tese a totalidade das raízes do cristianismo, notadamente as já afirmadas por Santo Tomás de Aquino e Aristóteles, em especial a de que a fé seria um ato do intelecto, logo, associada à filosofia, pois para Lutero a fé associa-se somente à teologia, não à filosofia.

Ela se deu em 1518, quando acontece a famosa “Disputa de Heidelberg”, na qual Lutero apresenta 28 teses para corroborar as outras 95 publicadas no ano anterior. Ao Lutero afirmar que a razão filosófica e o Magistério são falíveis e, possivelmente, errados, abre-se as portas para um novo processo de interpretação da teologia cristã. À Reforma seguiu a Contra-Reforma, buscando restaurar premissas da Idade Média e recolocar a Igreja no centro do Poder.

Mais adiante no processo histórico, o Iluminismo, como o próprio nome diz, veio conceder luzes ao pensamento filosófico com seus diversos pensadores. Todos eles, acima de tudo, questionavam a estrutura político-social do absolutismo e focavam seu pensamento numa estrutura mais justa de Estado, explicando também os fenômenos sociológicos que cercam a sua formação.

Como marcos, o Iluminismo têm: a revolta contra as autoridades, o racionalismo, o pensamento do Iluminismo, o otimismo cultural, o retorno à natureza, o cristianismo humanista e os direitos humanos. “Os filósofos iluministas diziam que somente quando a razão e o conhecimento se tivessem difundido entre todos é que a humanidade faria grandes progressos. Era apenas uma questão de tempo para que desaparecessem a irracionalidade e a ignorância e surgisse uma humanidade iluminada, esclarecida. Este pensamento dominou a Europa ocidental até há poucas décadas. Hoje não estamos assim tão convencidos de que o progresso do conhecimento leva necessariamente a melhores condições de vida. Mas esta crítica da ‘civilização’ já tinha sido feita pelos próprios filósofos do Iluminismo”. Inúmeros foram os filósofos relevantes em cada um destes movimentos históricos, mas para os fins desta proposta de estudo, devemos depreender: filosofia não é a discussão isolada e unânime de aspectos determinados, mas sim um complexo de discussões que se propagam no curso da história, adquirindo novas perspectivas, as quais repousam sobre as questões mais essenciais da existência humana: como deve ser visto o espaço em que o homem vive, tanto o social quanto o natural; como a existência do homem deve ser encarada; o que impulsiona o homem a ser quem é; qual o tipo de sociedade deve ser construída para que o homem viva adequadamente. Enfim, são incontáveis as controvérsias postas nos debates filosóficos e até hoje é difícil defender concepções únicas ou unânimes. Contudo, filosofia é mais do que fornecer respostas: é promover discussões. Questionar, assim, é mais importante do que responder.

Estudadas as premissas da filosofia geral, isto é, compreendidos os principais aspectos de seu fundamento, vale encerrar este tópico com o estudo dos fundamentos da filosofia do direito, que é uma das principais áreas de filosofia aplicada a um campo específico.

A área da filosofia do direito que estuda a ética é conhecida como axiologia, do grego *ἀξίος* “valor” + *λόγος* “estudo, tratado”.

Por isso, a axiologia também é chamada de teoria dos valores.

Daí valores e princípios serem componentes da ética sob o aspecto da exteriorização de suas diretrizes. Em outras palavras, a mensagem que a ética pretende passar se encontra consubstanciada num conjunto de valores, para cada qual corresponde um postulado chamado princípio.

De uma maneira geral, a axiologia proporciona um estudo dos padrões de valores dominantes na sociedade, que revelam princípios básicos. Valores e princípios, por serem elementos que permitem a compreensão da ética, também se encontram presentes no estudo do Direito, notadamente desde que a posição dos juristas passou a ser mais humanista e menos positivista (se preocupar mais com os valores inerentes à dignidade da pessoa humana do que com o que a lei específica determina).

Os juristas, descontentes com uma concepção positivista, estatística e formalista do Direito, insistem na importância do elemento moral em seu funcionamento, no papel que nele desempenham a boa e a má-fé, a intenção maldosa, os bons costumes e tantas outras noções cujo aspecto ético não pode ser desprezado. Algumas dessas regras foram promovidas à categoria de princípios gerais do direito e alguns juristas não hesitam em considerá-las obrigatórias, mesmo na ausência de uma legislação que lhes concedesse o estatuto formal de lei positiva, tal como o princípio que afirma os direitos da defesa. No entanto, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro é expressa no sentido de aceitar a aplicação dos princípios gerais do Direito (artigo 4°).

É inegável que o Direito possui forte cunho axiológico, diante da existência de valores éticos e morais como diretrizes do ordenamento jurídico, e até mesmo como meio de aplicação da norma. Assim, perante a Axiologia, o Direito não deve ser interpretado somente sob uma concepção formalista e positivista, sob pena de provocar violações ao princípio que justifica a sua criação e estruturação: a justiça.

Neste sentido, Montoro entende que o Direito é uma ciência normativa ética: “A finalidade do direito é dirigir a conduta humana na vida social. É ordenar a convivência de pessoas humanas. É dar normas ao agir, para que cada pessoa tenha o que lhe é devido. É, em suma, dirigir a liberdade, no sentido da justiça. Insere-se, portanto, na categoria das ciências normativas do agir, também denominadas ciências éticas ou morais, em sentido amplo. Mas o Direito se ocupa dessa matéria sob um aspecto especial: o da justiça”.

A formação da ordem jurídica, visando a conservação e o progresso da sociedade, se dá à luz de postulados éticos. O Direito criado não apenas é irradiação de princípios morais como também força aliciada para a propagação e respeito desses princípios.

Um dos principais conceitos que tradicionalmente se relaciona à dimensão do justo no Direito é o de lei natural. Lei natural é aquela inerente à humanidade, independentemente da norma imposta, e que deve ser respeitada acima de tudo.

O conceito de lei natural foi fundamental para a estruturação dos direitos dos homens, ficando reconhecido que a pessoa humana possui direitos inalienáveis e imprescritíveis, válidos em qualquer tempo e lugar, que devem ser respeitados por todos os Estados e membros da sociedade.

O Direito natural, na sua formulação clássica, não é um conjunto de normas paralelas e semelhantes às do Direito positivo.

Mas é o fundamento do Direito positivo. É constituído por aquelas normas que servem de fundamento a este, tais como: “deve se fazer o bem”, “dar a cada um o que lhe é devido”, “a vida

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõem, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

— Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acoopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO. (art. 42 do CC).

No direito público interno encontra-se, no âmbito da administração direta, que cuida-se da Nação brasileira: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 41, incs. I, II e III, do CC).

No âmbito do direito público interno encontram-se, no campo da administração indireta, as autarquias e associações públicas (art. 41, inc. IV, do CC). Posto que as associações públicas, pessoas jurídicas de direito público interno dispostas no inc. IV do art. 41 do CC, pela Lei n.º 11.107/2005,7 foram sancionadas para auxiliar ao consórcio público a ser firmado entre entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Princípios da administração pública

De acordo com o administrativista Alexandre Mazza (2017), princípios são regras condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sua função é informar e materializar o ordenamento jurídico bem como o modo de atuação dos aplicadores e intérpretes do direito, sendo que a atribuição de informar decorre do fato de que os princípios possuem um núcleo de valor essencial da ordem jurídica, ao passo que a atribuição de enformar é denotada pelos contornos que conferem à determinada seara jurídica.

Desta forma, o administrativista atribui dupla aplicabilidade aos princípios da **função hermenêutica** e da **função integrativa**.

Referente à função hermenêutica, os princípios são amplamente responsáveis por explicitar o conteúdo dos demais parâmetros legais, isso se os mesmos se apresentarem obscuros no ato de tutela dos casos concretos. Por meio da função integrativa, por sua vez, os princípios cumprem a tarefa de suprir eventuais lacunas legais observadas em matérias específicas ou diante das particularidades que permeiam a aplicação das normas aos casos existentes.

Os princípios colocam em prática as funções hermenêuticas e integrativas, bem como cumprem o papel de esboçar os dispositivos legais disseminados que compõem a seara do Direito Administrativo, dando-lhe unicidade e coerência.

Além disso, os princípios do Direito Administrativo podem ser expressos e positivados escritos na lei, ou ainda, implícitos, não positivados e não escritos na lei de forma expressa.

— Observação importante:

Não existe hierarquia entre os princípios expressos e implícitos. Comprova tal afirmação, o fato de que os dois princípios que dão forma o **Regime Jurídico Administrativo**, são meramente implícitos.

Regime Jurídico Administrativo: é composto por todos os princípios e demais dispositivos legais que formam o Direito Administrativo. As diretrizes desse regime são lançadas por dois princípios centrais, ou supraprincípios que são a Supremacia do Interesse Público e a Indisponibilidade do Interesse Público.

SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO	Conclama a necessidade da sobreposição dos interesses da coletividade sobre os individuais.
INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO	Sua principal função é orientar a atuação dos agentes públicos para que atuem em nome e em prol dos interesses da Administração Pública.

Ademais, tendo o agente público usufruído das prerrogativas de atuação conferidas pela supremacia do interesse público, a indisponibilidade do interesse público, com o fito de impedir que tais prerrogativas sejam utilizadas para a consecução de interesses privados, termina por colocar limitações aos agentes públicos no campo de sua atuação, como por exemplo, a necessidade de aprovação em concurso público para o provimento dos cargos públicos.

Princípios Administrativos

Nos parâmetros do art. 37, *caput* da Constituição Federal, a Administração Pública deverá obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos:

— **Princípio da Legalidade:** Esse princípio no Direito Administrativo, apresenta um significado diverso do que apresenta no Direito Privado. No Direito Privado, toda e qualquer conduta do indivíduo que não esteja proibida em lei e que não esteja contrária à lei, é considerada legal. O termo legalidade para o Direito Administrativo, significa subordinação à lei, o que faz com que o administrador deva atuar somente no instante e da forma que a lei permitir.

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

§ 2º A vedação do inciso VI, «a», é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, «a», e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas «b» e «c», compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Art. 151. É vedado à União:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País;

II - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;

III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

É de se salientar ainda que o Estado não pode agir na seara tributária sem respeitar o contribuinte, de modo a reduzi-lhe a dignidade, a individualidade e a privacidade. O governo não pode, portanto, sob a justificativa da arrecadação violar a Constitucional, isto é, violar os princípios constitucionais, que são os instrumentos dos Direitos Humanos.

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

• Repartição das receitas tributárias

A forma de Estado adotada pela Constituição Federal é a Federação, e esta só estará legitimada se cada ente da Federação gozar de autonomia administrativa e fiscal. Em consonância com este entendimento a Constituição instituiu a competência tributária de cada um dos Entes da Federação, porém há uma concentração mais elevada de tributos na esfera federal.

Atento a esta discrepância, o legislador constituinte originário determinou que algumas das receitas tributárias deveriam ser repartidas com outros Entes da Federação. Diante da necessidade de uma melhor distribuição da parcela dos tributos arrecadados, nota-se que a repartição sempre ocorrerá do maior Ente da federação para o menor, ou seja, a União repartirá algumas de suas receitas com os Estados, DF e Municípios, e os Estados distribuirão parte de suas receitas tributárias com os Municípios.

Esta distribuição ocorrerá de forma direta ou indireta. Na forma direta, o Ente beneficiado receberá diretamente os recursos, enquanto que na forma indireta a parcela distribuída integrará um fundo, que posteriormente será repartido.

Além disso, é importante frisar que os tributos vinculados a uma atuação estatal não estão sujeitos a repartição de suas receitas, isto ocorre como uma decorrência lógica do próprio sistema tributário. Se a receita proveniente destes tributos deve custear a atividade do Estado, não faz sentido que a mesma seja repartida.



SEFAZ-MT

SECRETARIA DE FAZENDA DE MATO GROSSO

Fiscal de Tributos Estaduais

VOL.2

**EDITAL - Nº 001/2023 - SEFAZ-MT,
DE 03 DE MARÇO DE 2023**

CÓD: SL-058MR-23
7908433233848

Direito Empresarial

1. Fundamentos do Direito Empresarial. Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características	13
2. Teoria da empresa	16
3. Empresário. Conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário	18
4. Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações (microempresa e empresa de pequeno porte)	22
5. Prepostos do empresário	55
6. Institutos complementares. Nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração	56
7. Registro de empresa. Órgãos de registro de empresa. Atos de registro de empresa. Processo decisório do registro de empresa. Inatividade da empresa. Empresário irregular	64
8. Direito Societário. Sociedade empresária. Conceito, terminologia, ato constitutivo	65
9. Sociedades simples e empresárias	67
10. Personalização da sociedade empresária	67
11. Classificação das sociedades empresárias	68
12. Sociedade irregular	68
13. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa	68
14. Regime jurídico dos sócios	71
15. Sociedade limitada	78
16. Sociedade anônima	80
17. Lei no 6.404/1976 e suas alterações	81
18. Sociedade em nome coletivo	130
19. Sociedade em comandita simples	130
20. Sociedade em comandita por ações	131
21. Operações societárias. Transformação, incorporação, fusão e cisão	131
22. Relações entre sociedades. Coligações de sociedades grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico	132
23. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades	133
24. Responsabilização objetiva e subjetiva de pessoa jurídica	135

Noções de Direito Penal

1. Princípios básicos	147
2. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Interpretação da lei penal. Analogia	148
3. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena.	149
4. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais	149
5. Conflito aparente de normas penais	150
6. O fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Pena da tentativa. Ilícitude e causas de exclusão. Excesso punível. Culpabilidade. Elementos e causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas	151
7. Concurso de crimes	158
8. Crimes contra a fé pública	158
9. Crimes contra a administração pública	160
10. Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990)	162
11. Crimes contra as finanças públicas (Lei Federal nº 10.028/2000)	164
12. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal	166

Contabilidade Geral

1. Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios.....	171
2. Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	173
3. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura.....	175
4. Atos e fatos administrativos.....	176
5. Livros contábeis obrigatórios.....	177
6. Documentação contábil.....	179
7. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas. Itens patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.....	179
8. Apuração dos resultados.....	182
9. Regimes de apuração.....	186
10. Caixa.....	186
11. Competência.....	186
12. Escrituração contábil.....	186
13. Lançamentos contábeis.....	190
14. Contas patrimoniais, resultado.....	194
15. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.....	195
16. Demonstrações contábeis.....	196
17. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.....	207
18. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações... ..	212
19. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/2007 e Lei Federal nº 11.941/2009.....	212
20. Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.....	213
21. Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.....	223

Contabilidade de Custos

1. Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos.....	231
2. Conceitos e classificação dos custos.....	234
3. Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos.....	237
4. Departamentalização. Conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto.....	241
5. Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção.....	243
6. Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos.....	243
7. Utilização de equivalentes de produção.....	243
8. Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.....	243
9. Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.....	246
10. Formas de controle dos custos.....	254
11. Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações.....	255
12. Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação.....	255
13. Custo padrão. Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações.....	255

ÍNDICE

14. Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação.	258
15. Análise da Contabilidade de Custos custo × volume × lucro. Variações do ponto de equilíbrio Grau de alavancagem operacional. Margem de segurança.....	260

Auditoria

1. Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria - NBC TA e NBC PA.	271
2. Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC no 1.222/2009.	273
3. Testes de observância.	280
4. Testes substantivos.	280
5. Testes para subavaliação e testes para superavaliação.	280
6. Evidências de auditoria.	281
7. Procedimentos de auditoria.	281
8. Identificação de fraudes na escrita contábil.	283
9. Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria.	283
10. Auditoria no ativo circulante. Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa.	285
11. Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais.	286
12. Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.	287
13. Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário.	288
14. Baixa fictícia de títulos não recebidos.....	289
15. Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas.	289
16. Auditoria no ativo não circulante. Superavaliação na formação dos custos de estoque.	290
17. Auditoria no ativo realizável a longo prazo. Identificação de origens de recursos fictícias.	291
18. Auditoria em investimentos.....	291
19. Auditoria no ativo imobilizado. Ativos ocultos.	292
20. Alienação fictícia de bens.	292
21. Auditoria no ativo intangível.....	293
22. Auditoria no passivo circulante.	293
23. Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo.	294
24. Passivos fictícios.....	294
25. Identificação de passivos já pagos e não baixados.	295
26. Auditoria no passivo não circulante.....	295
27. Auditoria no patrimônio líquido.	296
28. Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros.	296
29. Contabilização de reservas.....	297
30. Subvenções.	298
31. Auditoria em contas de resultado.....	298
32. Registro de receitas e despesas.	299
33. Ocultação de receitas.	299
34. Superavaliação de custos e despesas.	300
35. Lei Complementar nº 105/2001 (Dispõe sobre sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências)..	301

Gestão de Projetos de TI

1. Ciclo PDCA.	317
2. Gerência de projetos: conceitos básicos.	317
3. PMBOK 6.	320
4. COBIT 2019.	327
5. ITIL 4.	327
6. Gerenciamento de processos de negócio: técnicas de mapeamento de processos; modelos AS-IS, TO-BE e TO-RUN; técnicas de análise e simulação de processos; construção e mensuração de indicadores de processos.	327
7. Modelagem de processos em BPMN: notação, artefatos e atividades; workflow; BPMS.	328
8. Decision model and notation (DMN).	338

Sistemas de Informação

1. Engenharia de software.	343
2. Ciclo de vida do software.	343
3. Análise e projeto de sistemas: padrões, práticas e princípios de orientação a objetos. Design patterns. princípios SOLID. princípios GRASP. Unified process. UML Domain driven design. Arquitetura hexagonal (portas e adaptadores).	343
4. Metodologias de desenvolvimento de software.	350
5. Métricas e estimativas de software.	350
6. Qualidade de software.	351
7. CMMI-DEV v2.0, (MR-MPS-SW) GUIA GERAL MPS DE SOFTWARE (2021).	351
8. Engenharia de requisitos: conceitos básicos, técnicas de elicitação e especificação.	351
9. Metodologias e práticas ágeis. Scrum. XP. Kanban. Especificação por exemplo. Domain-driven design (DDD).	365
10. Testes de software (unidade, integração, sistema, aceitação, regressão, desempenho, vulnerabilidade, usabilidade e carga).	366
11. Criptografia. Conceitos básicos e aplicações. Protocolos criptográficos. Criptografia simétrica e assimétrica. Principais algoritmos.	374
12. Assinatura digital.	375
13. Certificado digital.	375
14. Desenvolvimento seguro de software: OWASP.	375

Fundamentos de Banco de Dados

1. Linguagens de definição e manipulação de dados em SGBDs relacionais.	379
2. Modelagem de dados: modelos relacional e multidimensional.	379
3. Administração de banco de dados relacionais. Projeto e implantação de SGBDs relacionais. Administração de usuários e perfis de acesso. Controle de proteção, integridade e concorrência. Backup e restauração de dados. Tolerância a falhas e continuidade de operação. Monitoramento e otimização de desempenho, cluster de banco de dados.	383
4. Pipeline de dados: fundamentos, orquestração, integração, ETL, ELT e ferramentas.	386
5. Técnicas de modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais.	388
6. Técnicas para pré-processamento de dados.	388
7. Processamento distribuído.	389
8. Data lake.	390
9. Conceitos, arquiteturas, técnicas e tarefas de data mining e data warehouse.	390

ÍNDICE

10. Noções de big data: conceito, premissas, análise de dados e aplicações.....	395
11. Ecossistema Hadoop: conceitos, arquitetura, componentes e implantação.	397
12. Spark: conceitos, arquitetura e aplicações.	398
13. Bancos de dados não relacionais: fundamentos, administração, desempenho e configuração (Key/Value, orientados a documentos e grafos).	398

Ciências de Dados

1. Fundamentos. Classificação.....	403
2. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados.....	403
3. Regras de associação.....	404
4. Modelagem relacional e multidimensional.....	404
5. Aprendizagem de máquina: fundamentos, principais algoritmos e métricas de desempenho.....	406
6. Regressão linear.....	407
7. Regressão logística.....	407
8. Análise de agrupamentos (clusterização). Classificação.....	407
9. Detecção de anomalias.....	407
10. Modelagem preditiva.....	408
11. Visão computacional.....	408
12. Mineração de texto.....	408
13. Redes neurais artificiais.....	409
14. Deep learning.....	409
15. Visualização e análise exploratória de dados.....	409
16. Business intelligence.....	410
17. Ferramentas de análise: Oracle BIEE, Oracle Data Visualization, QlikView e PowerBI.....	410

Segurança da Informação

1. Fundamentos. Confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio.	413
2. Classificação e controle dos ativos de informação.	413
3. Políticas de segurança.....	413
4. Políticas de classificação da informação.....	413
5. Sistemas de gestão de segurança da informação.....	416
6. Noções de Criptografia, Assinatura Digital, Certificação Digital e Autenticação.....	417
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.....	428

Material Digital: Direito Administrativo E Ético No Serviço Público - Legislação

1. Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992.	5
2. Direito de acesso à informação no Brasil: normas constitucionais, Lei nº 12.527/2011	14
3. Decreto nº 8.777/2016 (institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal).....	30
4. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: Capítulos II e IV da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).....	31
5. Processo administrativo. Lei Estadual nº 7.692, de 1º de julho de 2002 (Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual).....	32
6. Lei Complementar Estadual nº 112, de 1º de julho de 2002	38
7. Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990	41

Direito Tributário - Legislação

1. Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)	69
2. Resolução CGSN nº 140/2018 (Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).	102
3. Lei Complementar nº 116/2003 e suas alterações (dispõe sobre o ISSQN).....	149
4. Lei Complementar nº 160/2017 (Dispõe sobre convênio que permite aos estados e ao distrito federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto no Art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal de 1988, e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.	151
5. Lei Complementar nº 192/2022. Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências.	153
6. Lei Complementar nº 194/2022. Altera a Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nº 192/2022 e nº 159/2017.	156
7. Lei Complementar nº 87/1996 (Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (Lei Kandir)).	160
8. Lei Complementar nº 24/1975 (Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências).	168
9. Resolução nº 13/ 2012, do Senado Federal	169
10. Resolução do Senado Federal nº 95/1996.....	169
11. Resolução do Senado Federal nº 22/1989.....	170

Legislação Tributária Estadual

1. Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS: Lei nº 7.098/1998 e atualizações.	173
2. Decreto nº 2.212/2014 (RICMS 2014).	210
3. Benefícios Fiscais vigentes no âmbito do Estado de Mato Grosso e Programas de Desenvolvimento	210
4. Legislação Tributária Estadual do ICMS.	211
5. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA e dá outras providências - IPVA: Lei nº 7.301/2000 (Institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências)	211

ÍNDICE

6. Lei nº 8.069/2004. (Autoriza o Poder Executivo a reduzir a base de cálculo do IPVA nas condições que especifica e dá outras providências).....	217
7. Legislação Tributária Estadual do IPVA	217
8. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer Bens ou Direitos - ITCD: Lei nº 7.850/2002 e decreto regulamentador	218
9. Legislação Tributária Estadual do ITCMD	239
10. Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB: Lei nº 7.263/2000 e decreto regulamentador	239
11. Legislação Estadual do FETHAB	266

Lei Penal no Espaço

▪ Lugar do Crime, Territorialidade e Extraterritorialidade

Quanto à aplicação da lei penal no espaço, a regra adotada no Brasil é a utilização do princípio da territorialidade, ou seja, aplica-se a lei penal aos crimes cometidos no território nacional.

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

Como o CP admite algumas exceções, podemos dizer que foi adotado o princípio da territorialidade mitigada/temperada.

Fique atento, pois são considerados como **território brasileiro por extensão**:

- Navios e aeronaves públicos;
- Navios e aeronaves particulares, desde que se encontrem em alto mar ou no espaço aéreo. Ou seja, não estando no território de nenhum outro país.

Por outro lado, a extraterritorialidade é a aplicação da lei penal brasileira a um fato criminoso que não ocorreu no território nacional.

Extraterritorialidade

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I - os crimes (EXTRATERRITORIALIDADE INCONDICIONADA):

- a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;*
- b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;*
- c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço;*
- d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;*

II - os crimes (EXTRATERRITORIALIDADE CONDICIONADA):

- a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;*
- b) praticados por brasileiro;*
- c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.*

§ 1º - Nos casos do inciso I, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

§ 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições:

- a) entrar o agente no território nacional;*
- b) ser o fato punível também no país em que foi praticado;*
- c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;*
- d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;*
- e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.*

§ 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior:

§ 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior:

Quanto ao lugar do crime, a teoria adotada é a da ubiquidade: Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Portanto, o lugar do crime é tanto o local da ação/omissão, quanto o local da ocorrência do resultado, ex. o local do disparo da arma e o local da morte.

PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA. CONTAGEM DE PRAZO. FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DA PENA.

— Eficácia da sentença estrangeira

A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para:

obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis: precisa de pedido da parte interessada.

sujeitá-lo a medida de segurança: precisa da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, de requisição do Ministro da Justiça.

— Contagem de prazo

O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

— Frações não computáveis da pena;

Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de dinheiro (centavos).

IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL. CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS

A lei penal nova pode retroagir ou não, tudo irá depender se irá beneficiar ou não o réu.

Lei penal benéfica: retroage.

Lei penal maléfica ao réu: não retroage.

Somente quando a lei penal beneficia o réu, estabelecendo uma sanção menos grave para o crime ou quando deixa de considerar a conduta como criminosa, haverá a retroatividade da lei penal, alcançando fatos ocorridos antes da sua vigência.

Por outro lado, o princípio da irretroatividade determina que se a lei penal não beneficia o réu, não retroagirá. E você pode estar se perguntando, caso uma nova lei deixar de considerar uma conduta como crime o que acontece? Abolitio criminis. Nesse caso, a lei penal, por ser mais benéfica ao réu, retroagirá.

Podem ser de diversas naturezas e de períodos de ativação variados: a matéria-prima é um gasto contabilizado temporariamente como investimento circulante; a máquina é um gasto que se transforma num investimento permanente; as ações adquiridas de outras empresas são gastos classificados como investimentos circulantes ou permanentes, dependendo da intenção que levou a sociedade à aquisição.

d) Custo — Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

O Custo é também um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou execução de um serviço.

Exemplos: a matéria-prima foi um gasto em sua aquisição que imediatamente se tornou investimento, e assim ficou durante o tempo de sua Estocagem; no momento de sua utilização na fabricação de um bem, surge o Custo da matéria-prima como parte integrante do bem elaborado. Este, por sua vez, é de novo um investimento, já que fica ativado até sua venda.

A energia elétrica é um gasto, no ato da aquisição, que passa imediatamente para custo (por sua utilização) sem transitar pela fase de investimento. A máquina provocou um gasto em sua entrada, tornado investimento (ativo) e parceladamente transformado em custo, via Depreciação, à medida que é utilizada no processo de produção de utilidades.

e) Despesa — Bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.

A comissão do vendedor, por exemplo, é um gasto que se torna imediatamente uma despesa.

O equipamento usado na fábrica, que fora gasto transformado em investimento e posteriormente considerado parcialmente como custo, torna-se, na venda do produto feito, uma despesa. O micro-computador da secretária do diretor financeiro, que fora transformado em investimento, tem uma parcela reconhecida como despesa (depreciação), sem transitar por custo.

As despesas são itens que reduzem o Patrimônio Líquido e que têm essa característica de representar sacrifícios no processo de obtenção de receitas.

Todo produto vendido e todo serviço ou utilidade transferidos provocam despesa. Costumamos chamá-lo Custo do Produto Vendido e assim fazemo-lo aparecer na Demonstração de Resultados; o significado mais correto seria: Despesa que é o somatório dos itens que compuseram o custo de fabricação do produto ora vendido. Cada componente que fora custo no processo de produção agora, na baixa, toma-se despesa. (No Resultado existem Receitas e Despesas — às vezes Ganhos e Perdas — mas não Custos.) A mercadoria adquirida pela loja comercial provoca um gasto (genericamente), um investimento (especificamente), que se transforma numa despesa no momento do reconhecimento da receita trazida pela venda, sem passar pela fase de custo. Logo, o nome Custo das Mercadorias Vendidas não é, em termos técnicos, rigorosamente correto.

Logo, todas as despesas são ou foram gastas. Porém, alguns gastos muitas vezes não se transformam em despesas (por exemplo, terrenos, que não são depreciados) ou só se transformam quando de sua venda.

Todos os custos que são ou foram gastos se transformam em despesas quando da entrega dos bens ou serviços a que se referem. Muitos gastos são automaticamente transformados em despesas, outros passam primeiro pela fase de custos e outros ainda fazem a via-sacra completa, passando por investimento, custo e despesa.

f) Perda — Bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.

Não se confunde com a despesa (muito menos com o custo), exatamente por sua característica de anormalidade e involuntariedade; não é um sacrifício feito com intenção de obtenção de receita. Exemplos comuns: perdas com incêndios, obsolescência de estoques etc.

São itens que vão diretamente à conta de Resultado, assim como as despesas, mas não representam sacrifícios normais ou derivados de forma voluntária das atividades destinadas à obtenção da receita. E muito comum o uso da expressão Perdas de material na produção de inúmeros bens e serviços; entretanto, a quase totalidade dessas “perdas” é, na realidade, um custo, já que são valores sacrificados de maneira normal no processo de produção, fazendo parte de um sacrifício já conhecido até por antecipação para a obtenção do produto ou serviço e da receita almejada.

O gasto com mão-de-obra durante um período de greve, por exemplo, é uma perda, não um custo de produção. O material deteriorado por um defeito anormal e raro de um equipamento provoca uma perda, e não um custo; aliás, não haveria mesmo lógica em apropriar-se como custo essas anormalidades e, portanto, acabar por ativar um valor dessa natureza.

Cabe aqui ressaltar que inúmeras perdas de pequeníssimo valor são, na prática, comumente consideradas dentro dos custos ou das despesas, sem sua separação; e isso é permitido devido à irrelevância do valor envolvido. No caso de montantes apreciáveis, esse tratamento não é correto.

A Terminologia em Entidades não Industriais

Pela própria definição de custo, podemos entender, ainda mais sabendo da origem histórica, por que se generalizou a ideia de que Contabilidade de Custos se volta predominantemente para a indústria. É aí que existe a produção de bens e onde a necessidade de seu custeamento se toma presença obrigatória.

Em inúmeras empresas de serviços, todavia, passou-se a utilizar seus princípios e suas técnicas de maneira apropriada em função da absoluta similaridade de situação, principalmente nas entidades em que se trabalha por projeto (empresas de engenharia, escritórios de auditoria, de planejamento etc.).

Já em muitas outras empresas, tais como as entidades comerciais e financeiras, utiliza-se a mesma expressão

Contabilidade de Custos, quando, à primeira vista, só existem despesas. Mas é fácil entender que a generalização dessa terminologia se deve não só ao uso das técnicas daquela disciplina, como talvez principalmente à ideia de que tais entidades são produtoras de utilidades, e assim possuem custos. São custos que imediatamente se transformam em despesas, sem que haja a fase de Estocagem, como no caso da indústria de bens, mas de qualquer forma não deixa de ser apropriada a terminologia.

Áreas do conhecimento: Ao todo são nove áreas do conhecimento: Integração; Escopo; Tempo; Custo; Qualidade; Recursos humanos; Comunicações; Riscos; Aquisições. Este conjunto de conhecimentos é utilizado para orientar o gerenciamento de 42 processos, agrupados em 5 grupos: Iniciação; Planejamento; Execução; Monitoramento; Encerramento. Vamos descrever o que cada área do conhecimento aborda, para depois estabelecer a relação entre as áreas de conhecimento e os processos.

- Integração: “O Gerenciamento da integração do projeto inclui os processos e as atividades necessárias para identificar, definir, combinar, unificar e coordenar os vários processos e atividades dos grupos de processos de gerenciamento.” Em suma, podemos dizer que à área de integração cabe a tarefa de articular as partes interessadas para que objetivos do projeto sejam atingidos.

- Escopo: Esse gerenciamento está relacionado principalmente com a definição e controle do que está e do que não está incluso no projeto. Consiste em definir o que será feito e o que não será feito no projeto, monitorar e controlar possíveis mudanças.

- Tempo: “O Gerenciamento do tempo do projeto inclui os processos necessários para gerenciar o término pontual do projeto.” Consiste de definição das atividades, sequenciamento de atividades, estimativas de duração de atividades, criação do cronograma e controle do cronograma.

- Custos: “O gerenciamento dos custos do projeto inclui os processos envolvidos em estimativas, orçamentos e controle dos custos, de modo que o projeto possa ser terminado dentro do orçamento aprovado.

- Qualidade: O gerenciamento é responsável por monitorar se os resultados do projeto estão as necessidades que originaram o projeto. Na etapa do planejamento são estabelecidos padrões de qualidade, que permitem aferir o desempenho do projeto no quesito qualidade.

- Recursos Humanos: Projetos sempre envolvem pessoas. É preciso montar uma equipe, selecionar, organizar e definir papéis e estabelecer prazos. Estes são assuntos que dizem respeito ao gerenciamento de recursos humanos.

- Comunicação: “O gerenciamento das comunicações do projeto inclui os processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam geradas, coletadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas e organizadas de maneira oportuna e apropriada.”. Comunicação é, sem dúvida, uma das áreas mais importantes na gestão de projetos. Gerentes passam boa parte do tempo recebendo informações dos interessados no projeto e transferindo estas informações para a equipe executora. Esse processo contínuo de comunicação garante que uma ideia seja transformada em projeto e posteriormente executada na prática.

- Riscos: Trata da identificação, análise e resposta a riscos do projeto. É composta pelo plano de gerência, identificação, análise qualitativa, análise quantitativa, plano de respostas, e monitoramento e controle dos riscos. O gerenciamento de riscos visa reduzir a probabilidade e o impacto de eventos negativos, aumentando a probabilidade de eventos positivos.

EAP – Estrutura Analítica de Projetos, também conhecida como WBS – Work breakdown structure. O conhecimento da aplicação dessa ferramenta serve para o gerenciamento de projetos e para profissionais que vão se submeter a certificação PMP – Project Management Professional, o qual é indispensável, vamos entender o porquê:

Para o PMI a EAP é um elemento obrigatório no gerenciamento de projeto. É uma ferramenta que organiza todo o escopo do projeto de maneira visual, subdividindo o mesmo em entregas de maneira que essas sejam melhores gerenciadas. Ao invés do gerente de projetos apresentar um documento textual extenso às partes interessadas (patrocinador, clientes, equipe, gerente funcional, gerente de portfólio e pessoas afetadas pelo projeto), ele apresenta a EAP, fornecendo uma visão rápida e geral do que está incluso no escopo do projeto, facilitando a análise e ajudando a identificar possíveis incoerências e necessidades. Também ajuda o gerente de projetos e a equipe de desenvolvimento a não esquecerem dos elementos solicitados, evitando impactos negativos e diminuindo o número de solicitações de mudanças.

A EAP é desenvolvida dentro do processo de gerenciamento de escopo, mas pode ser utilizada em vários outros processos do gerenciamento de projetos; na gestão de riscos, na gestão de tempo, na gestão de custos, e até nas comunicações, pois ela facilita a demonstração do andamento do projeto, identificando as entregas finalizadas, as em execução, ou ainda as que não começaram. A criação de uma EAP é um esforço para decompor as entregas e o trabalho necessário para produzi-las em partes menores, chamadas de pacotes de trabalho. Ela permite dividir um projeto grande em partes que você possa planejar, organizar, gerenciar e controlar, mas não se engane, pois para o PMI ela também é obrigatória em projetos pequenos.

É interessante destacar que em uma EAP não se inclui as atividades, mas sim os pacotes de trabalho ou entregas que resultam em uma atividade ou grupos de atividades. Cada pacote de trabalho deve ser referenciado com substantivos – coisas, em vez de ações. Uma EAP deve ser orientada a entregas, mas isso não significa que apenas as entregas são inclusas, deve ser incluso todo escopo do projeto, do produto e os esforços para alcançá-los.

Para criar uma EAP, são necessárias as seguintes entradas:

- Plano de gerenciamento do projeto;
- Declaração do escopo do projeto;
- Documentação dos requisitos;
- Fatores ambientais da empresa;
- Ativos de processos organizacionais.

Podem ser utilizadas as seguintes ferramentas:

- Decomposição;
- Opinião especializada.

E irá resultar nas seguintes saídas:

- Linha de base do escopo;
- Atualizações dos documentos do projeto.

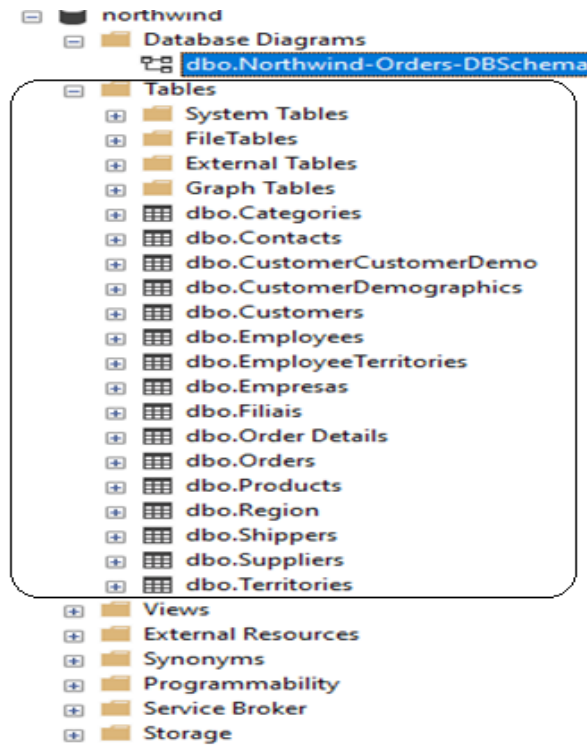
Algumas regras a serem seguidas para o desenvolvimento de uma EAP:

- A EAP deve ser criada com a ajuda da equipe;
- Cada nível da EAP é uma parte menor do nível anterior;
- O projeto inteiro deve ser incluso em cada um dos níveis mais elevados da EAP;
- A EAP deve incluir apenas as entregas necessárias para o projeto;
- As entregas que não estão na EAP não fazem parte do projeto.¹

¹ Texto adaptado de Daiany Silva

Entidades

Entidade é uma representação de um conjunto de informações sobre um determinado objeto. Por exemplo, na figura abaixo temos várias tabelas, que são entidades de banco de dados.



Atributos

Atributos são os campos de uma determinada tabela, se fizermos uma analogia com EXCEL, os atributos são as colunas da planilha. Vejamos a tabela de produtos do banco de dados NORTWIND:

```

/***** Script for SelectTopNRows command from SSMS *****/
SELECT TOP (1000) [ProductID]
, [ProductName]
, [SupplierID]
, [CategoryID]
, [QuantityPerUnit]
, [UnitPrice]
, [UnitsInStock]
, [UnitsOnOrder]
, [ReorderLevel]
, [Discontinued]
FROM [northwind].[dbo].[Products]
    
```

	ProductID	ProductName	SupplierID	CategoryID	QuantityPerUnit	UnitPrice	UnitsInStock	UnitsOnOrder	ReorderLevel	Discontinued
1	1	Chai	1	1	10 boxes x 20 bags	18,00	39	0	10	0
2	2	Chang	1	1	24 - 12 oz bottles	19,00	17	40	25	0
3	3	Aniseed Syrup	1	2	12 - 550 ml bottles	10,00	13	70	25	0
4	4	Chef Anton's Cajun Seasoning	2	2	48 - 6 oz jars	22,00	53	0	0	0
5	5	Chef Anton's Gumbo Mix	2	2	36 boxes	21,35	0	0	0	1
6	6	Grandma's Boysenberry Spread	3	2	12 - 8 oz jars	25,00	120	0	25	0
7	7	Uncle Bob's Organic Dried Pears	3	7	12 - 1 lb pkgs.	30,00	15	0	10	0
8	8	Northwoods Cranberry Sauce	3	2	12 - 12 oz jars	40,00	6	0	0	0
9	9	Mishi Kobe Niku	4	6	18 - 500 g pkgs.	97,00	29	0	0	1
10	10	Ikura	4	8	12 - 200 ml jars	31,00	31	0	0	0

Isto significa que: (1) a informação deveria ser inserida em um Inventário de Ativos (controle A.8.1.1 da ISO 27001), (2) ela deveria ser classificada (A.8.2.1), (3) então ela deveria ser rotulada (A.8.2.2), e finalmente (4) ela deveria ser manuseada de forma segura (A.8.2.3).

Em muitos casos, organizações irão desenvolver uma Política de Classificação da Informação, a qual deveria descrever todas estas quatro etapas – veja o texto abaixo para cada uma destas etapas.

Inventário de Ativos (Registro de Ativo)

O propósito em se desenvolver um inventário de ativos é para que você saiba quais informações classificadas você tem em sua posse, e quem é responsável por elas (i.e., que é o proprietário).

Informação classificada pode estar em diferentes formatos e tipos de mídia, como por exemplo:

- Documentos eletrônicos;
- Sistemas de informação / bases de dados;
- Documentos em papel;
- Mídias de armazenamento (Ex.: discos, cartões de memória, etc.);
- Informação transmitida verbalmente e-mail.

Classificação da Informação

A ISO 27001 não prescreve os níveis de classificação – isto é algo que você deveria desenvolver por conta própria, baseado no que é mais comum em seu país ou indústria. Quanto maior e mais complexa sua organização, mais níveis de confidencialidade você terá – por exemplo, para organizações de médio porte você pode utilizar este tipo de níveis de classificação da informação, com três níveis de confidencialidade e um nível público:

- Confidencial (o mais alto nível de confidencialidade);
- Restrita (médio nível de confidencialidade);
- Uso interno (o mais baixo nível de confidencialidade);
- Pública (todos podem ver a informação).

Em muitos casos, o proprietário do ativo é o responsável por classificar a informação – e isto é usualmente feito com base nos resultados da análise/avaliação de riscos: quanto maior o valor da informação (quanto maiores as consequências de uma quebra da confidencialidade), maior deveria ser o nível de classificação. (Veja também Avaliação e tratamento de riscos segundo a ISO 27001 – 6 etapas básicas.)

Muito frequentemente, uma organização pode ter dois esquemas de classificação diferentes implantados no caso de trabalhar tanto como o setor governamental quanto com o privado. Por exemplo, a OTAN requer a seguinte classificação com quatro níveis de confidencialidade e dois níveis públicos:

- Cósmico Altamente secreto (Cosmic Top Secret);
- OTAN Secreto (NATO Secret);
- OTAN Confidencial (NATO Confidential);
- OTAN Restrito (NATO Restricted);
- OTAN Não Classificado (direito autoral) (NATO Unclassified (copyright));
- Informação não sensível liberável para o público (Non Sensitive Information Releasable to the Public).

Rotulagem da Informação

Uma vez que você tenha classificado a informação, você precisará rotulá-la apropriadamente – você deveria desenvolver orientações para cada tipo de ativo de informação sobre como ele precisa ser rotulado – novamente, a ISO 27001 não é prescritiva aqui, então você deve desenvolver suas próprias regras.

Por exemplo, você poderia definir as regras para documentos em papel de tal forma que o nível de confidencialidade seja indicado no canto superior direito de cada página do documento, e que a classificação também seja indicada na capa ou no envelope que transporta tal documento, assim como na pasta onde o documento é armazenado.

A rotulagem da informação geralmente é responsabilidade do proprietário da informação.

Manuseio de Ativos

Esta é usualmente a parte mais complexa do processo de classificação – você deveria desenvolver regras sobre como proteger cada tipo de ativo dependendo do nível de confidencialidade. Por exemplo, você poderia usar uma tabela na qual você deve definir as regras para cada nível de confidencialidade para cada tipo de mídia, por exemplo: